

KUPFER, D. O Enigma das Importações. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 23/08/2006.

O Enigma das Importações

23/08/2006

Os jornais dedicaram amplo espaço para a divulgação do superávit recorde alcançado em julho último pela conta de transações correntes no balanço de pagamentos brasileiro. O saldo de US\$ 3,04 bilhões verificados nesse mês foi o maior valor jamais apontado pela série, desde que esse registro teve seu início em 1947. O responsável por esse desempenho foi, mais uma vez, o excelente resultado obtido pela balança comercial em julho, como, de resto, vem sendo a marca das contas externas brasileiras nos últimos anos.

De fato, as exportações brasileiras em julho foram as maiores da história, atingindo a marca de US\$ 13,6 bilhões, enquanto as importações, também as maiores já registradas, chegaram a US\$ 7,9 bilhões. Com isso, obteve-se um saldo comercial de US\$ 5,6 bilhões, com crescimento de 38,1% em relação ao mês anterior e de 12,7% comparado ao mesmo mês do ano anterior.

Em meio a tantos recordes, permanecem as velhas dúvidas a respeito da sustentabilidade desse desempenho comercial. Por isso, é importante ter em mente que o desempenho de julho surpreendeu, tendo correspondido, na verdade, a uma inflexão para cima em uma trajetória recente que sinalizava claramente para uma tendência de redução do saldo comercial. Não é sem razão que a despeito de todo esse espetacular desempenho de julho, o saldo da balança comercial acumulado no ano é apenas 2% maior que o de 2005.

Tomando-se essa base de comparação, até junho as exportações vinham evoluindo a um ritmo entre 10 e 15% enquanto as importações seguiam se expandindo a uma taxa entre 20 a 25%. Um cálculo simples mostra que se essas taxas perdurarem indefinidamente, o saldo comercial desaparecerá em quatro ou cinco anos. Já as previsões registradas no último Boletim Focus do Banco Central sugerem que as taxas de crescimento das exportações e importações convergiriam para valores próximos a 5% já em 2009. Nesse caso, o saldo comercial se estabilizaria na casa do US\$ 30 bilhões.

Independentemente das projeções, a lentidão com que as importações vêm reagindo à valorização cambial forma um enigma de difícil solução. De fato, a relação entre o nível das importações e a evolução da economia não é trivial. Em primeiro lugar, dependendo de determinadas características estruturais da economia, as importações podem ser substitutas ou complementares à produção doméstica. Geralmente, as importações de bens de consumo substituem produção local. Quando essas crescem, sinalizam uma redução da produção doméstica ou vice-versa. Para bens intermediários, ocorre o oposto. As importações tendem a acompanhar o ritmo de crescimento da economia pois guardam relação predominantemente de complementaridade com a produção doméstica. Já as importações de bens de capital tendem a seguir não o nível de atividade mas a taxa de investimento, variável cuja modelagem no Brasil alinha-se entre os maiores desafios enfrentados pelos economistas.

Em segundo lugar, cabe considerar que em economias abertas e integradas aos mercados globais, como é o caso da economia brasileira na atualidade, a evolução das importações pode também estar atrelada ao desempenho das exportações, de acordo com uma variedade de arranjos

produtivos ou de esquemas comerciais. Na medida em que esses esquemas se consolidem em torno de cadeias de suprimento de insumos (matérias-primas ou componentes) ou de comércio intra-indústria, as repercussões das condições macroeconômicas locais sobre o nível de importações serão muito diferenciadas, dificultando o estabelecimento das conexões entre essas variáveis.

Estruturalmente, o Brasil sempre foi majoritariamente importador de bens intermediários e, em momento favoráveis, de bens de capital, ambos complementares à produção local. Esse foi o resultado previsível de um modelo de industrialização baseado em substituição de importações que, como sabido, se completou com relação aos bens de consumo nos anos iniciais da década de 1970. Desde então, a aceleração do crescimento do PIB sempre trouxe um aumento das importações que terminava por comprometer a balança comercial e, por extensão, um problema de financiamento do balanço de pagamentos, que levava a uma crise externa e à interrupção do ciclo de expansão econômica.

Após a abertura comercial promovida nos anos 1990, essas relações se modificaram, criando um novo padrão em que as importações passaram a ser parcialmente substituídas da produção local. Como evidência dessa afirmação, busca-se, na tabela abaixo, contrastar a composição das importações brasileiras segundo categorias de uso nos últimos vinte anos. Cabe observar que, para efeito dessa comparação, excluiu-se as transações envolvendo petróleo e derivados da corrente de comércio. Isso porque o comportamento diferenciado do setor petróleo - um caso de substituição tardia de importações na indústria brasileira, tendo apresentado um grande aumento da produção local exatamente no período considerado - tende a enviesar as análises estruturais dessa natureza. Ademais, atualmente, com a auto-suficiência, as exportações e importações de petróleo e derivados do país seguem uma racionalidade própria, muito mais ligada aos solavancos do mercado internacional da *commodity* do que à evolução da economia local.

Composição das Importações segundo Categorias de Uso
Anos Selecionados

Ano	Bens de Consumo	Bens Intermediários	Bens de Capital
1985	6,2%	79,1%	14,7%
1995	22,1%	58,0%	19,8%
2005	10,6%	73,4%	16,0%

Fonte: FUNCEX

É fácil constatar que prevalece uma grande diferença entre o momento atual e o período de taxas de câmbio valorizadas que vigorou após a edição do Plano Real, exemplificado na tabela pelo ano de 1995. A composição das importações em 2005 foi mais parecida com a que vigorava no período pré-abertura, quando os bens intermediários respondiam por quase 80% das importações totais, do que com a verificada em 1995, quando as importações de bens de consumo ultrapassaram a casa dos 20% do volume total importado. O certo é que foram poucos os momentos em que o Brasil conviveu com taxas de câmbio muito apreciadas, de sorte que não se dispõe de séries de dados adequadas para a análise precisa dessas situações. Tudo leva a crer que mudanças estruturais ainda não suficientemente conhecidas ocorreram no período recente.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – www.ie.ufrj.br/gic - gic@ie.ufrj.br)